Processo Legislativo n.º 4714.

Projeto de Lei n. ° 061/2025.

Autor: Prefeito.

Assunto: DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS - (MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA GESTÃO DO SUS - R\$ 1.114.060,00).

Relatores: Hélio Paulo da Silva (Legislação), Victor Camargo (Educação) e Isauro de Cerqueira (Finança).

RELATÓRIO

O Projeto de Lei 061/2025 veio devidamente acompanhado da <u>Justificativa 061/2025 de 15/10/2025</u> (ID 37171); Portaria (Externo) 18/09/2025 de 15/10/2025 (ID 37175); Resolução N° 26/CMS de 15/10/2025 (ID 37176); Resolução N° 27/CMS de 15/10/2025 (ID 37177); Plano de Trabalho N° 36000705284202500 de 15/10/2025 (ID 37181); Plano de Trabalho N° 36000701164202500 de 15/10/2025 (ID 37185); OB - Ordem Bancária (Borderô) R\$ 314.060,00 de 15/10/2025 (ID 37186) e OB - Ordem Bancária (Borderô) R\$ 800.000,00 de 15/10/2025 (ID 37187). Recebido em caráter de urgência por força do <u>Despacho 4714 de 15/10/2025 (ID 37203)</u>, foi encaminhado a Procuradoria Jurídica, o Procurador Jurídico opinou pela constitucionalidade e legalidade da proposição <u>Parecer Parecer Jurídico nº 78-LEG/2025 de 16/10/2025 (ID 37255)</u>. Na sequência encaminhado para análise e emissão de Parecer das Comissões Permanentes de <u>Legislação, Justiça e Redação Final</u> e <u>Comissão de Finanças, Orçamentos, Obras e Serviços Públicos</u>. É breve relatório.

Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final.

VOTO DO RELATOR: Helio Paulo da Silva.

Compete à Comissão de <u>Legislação</u>, <u>Justiça e Redação Final</u> manifestar-se sobre o aspecto constitucional, legal e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico de todas as proposições apresentadas, nos termos do art. 70 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Trata-se de matéria de competência legislativa municipal, cujo objeto deve ser regulamentado por Lei Ordinária de iniciativa do Prefeito, nos termos da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal.

Observa-se que a proposição foi elaborada de acordo com a legislação vigente especialmente no que se refere às disposições estabelecidas na Lei Federal 4.320/64.

Nesse sentido, não há vício formal ou material, conforme <u>Parecer Parecer Jurídico nº 78-LEG/2025</u> de 16/10/2025 (ID 37255),

Assim, sob os aspectos que competem à análise da Comissão de <u>Legislação</u>, <u>Justiça e Redação</u> <u>Final</u>, observa-se que a técnica legislativa e a observância estrita do procedimento legal outorgam à

proposição em comento a necessária legalidade.

Pelas razões exposta, VOTO FAVORAVEL ao Projeto de Lei 061/2025, de autoria do Poder

Executivo.

Voto do Vereador, Wilmar Jose Cardoso: Pelas conclusões, acompanho o voto do Relator.

Voto do Vereador, **Isauro de Cerqueira**: Pelas conclusões, acompanho o voto do Relator.

Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura e Meio Ambiente.

VOTO DO RELATOR: Victor Camargo.

A Comissão Permanente de Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social, Agricultura e Meio Ambiente, compete a análise dos pilares fundamentais assegurados constitucionalmente no art. 5 da Constituição Federal, a fim de garantir a dignidade e a qualidade de vida da população, ou seja, compete analisar se a matéria apresentada a comissão, possui pertinência, conveniência e atende às necessidades dos munícipes e ao interesse público Municipal.

Conforme Justificativa 061/2025 de 15/10/2025 (ID 37171), o crédito adicional especial visa fortalecer a rede de cuidados e assegurar maior acesso e resolutividade aos serviços ofertados, aquisição de anticoncepcionais e dispositivos intrauterinos (DIU) é indispensável para ampliar a oferta de métodos contraceptivos no município, acompanhamento adequado de pacientes com hipertensão, diabetes e outras doenças de caráter crônico.

Pelas razões exposta, VOTO FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 61/2025 de autoria do Poder Executivo, por atender à necessidade e interesse público sob o viés da matéria apreciadas por estas Comissão.

Voto do Vereador, **Valdinei Da Costa Espindola**: Ausente.

Voto do Vereador, **João Matias Valadão**: Pelas conclusões, acompanho o voto do Relator.

Comissão Permanente de Finanças, Orçamento, Obras e Serviços Públicos

VOTO DO RELATOR: Isauro de Cerqueira.

No que compete à análise da Comissão de Finanças e Orçamento, verifica-se que tratar-se de crédito adicional especial, logo, significa dizer que não há dotação orçamentária específica para atender as despesas pretendidas.

Assim, havendo fonte de recurso disponível é possível a abertura de crédito adicional especial para atender a demanda que não possuí dotação orçamentária específica.

De acordo com <u>Projeto de Lei 061/2025 de 15/10/2025 (ID 37172)</u>, a fonte de recurso a ser utilizada recursos provenientes da Emenda Parlamentar nº 60060003 Propostas nºs. 36000705284202500 e 36000701164202500, oriundas do Ministério da Saúde - Fundo Nacional de Saúde FNS Incremento ao Piso da Atenção Primária - PAP.

Assim, sob os aspectos que competem à análise da Comissão de Finanças e Orçamento, nos moldes do artigo 72 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a proposição respeitou aos preceitos legais, especialmente a Lei Federal 4.320/64.

Ante o exposto, VOTO FAVORAVEL ao Projeto de Lei nº 61/2025, de autoria do Poder Executivo.

<u>Voto do Vereador, Narcélio Crisostomo do Nascimento:</u> Pelas conclusões, acompanho o voto do Relator.

Voto do Vereador, <u>Alessandro Ciconello:</u> Ausente, por motivo de viagem oficial à Capital do Estado.

PARECER das COMISSÕES EM CONJUNTO

As Comissões Permanentes COLEJURFI, COECSASAMA e COFOSP, emitem Parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 61/2025, submetendo-o à apreciação dos Nobres Vereadores desta Casa de Leis para apreciação, deliberação e votação única.

É o parecer!

Câmara Municipal de Corumbiara. Av. Itália C. Franco, n 2018, Centro, Corumbiara RO. CEP: 76.995-000. Tel.: (69) 3343-2367.



Documento assinado eletronicamente por **Narcelio Crisostomo do Nascimento**, **Vereador Vice-Presidente**, em 17/10/2025 às 11:48, horário de Corumbiara/RO, com fulcro no art. 18 da <u>Resolução nº 007 de 15/12/2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Joao Matias Valadao**, **Vice-Presidente da Comissão - COECSASAMA**, em 17/10/2025 às 11:49, horário de Corumbiara/RO, com fulcro no art. 18 da <u>Resolução nº 007 de 15/12/2020.</u>



Documento assinado eletronicamente por **Wilmar José Cardoso**, **Membro da Comissão - COLEJURFI**, em 17/10/2025 às 12:17, horário de Corumbiara/RO, com fulcro no art. 18 da <u>Resolução nº 007 de 15/12/2020.</u>



Documento assinado eletronicamente por **Victor Camargo**, **Vereador**, em 17/10/2025 às 12:20, horário de Corumbiara/RO, com fulcro no art. 18 da <u>Resolução nº 007 de 15/12/2020.</u>



Documento assinado eletronicamente por **Isauro de Cerqueira**, **Vereador 1º Secretário**, em 17/10/2025 às 13:28, horário de Corumbiara/RO, com fulcro no art. 18 da Resolução nº 007 de 15/12/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Helio Paulo da Silva**, **Presidente da Comissão - COLEJURFI**, em 17/10/2025 às 16:16, horário de Corumbiara/RO, com fulcro no art. 18 da <u>Resolução nº 007 de 15/12/2020.</u>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <u>eproc.corumbiara.ro.leg.br:5659</u>, informando o ID **37309** e o código verificador **47FE1A7D**.

Referência: <u>Processo nº 2-4714/2025</u>. Docto ID: 37309 v1